



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ATA Nº 93/2025

Reunião do Grupo de Trabalho Igualdade de Gênero com o Ministério da Saúde		
1. Identificação da Reunião		
Data: 16/06/2025	Horário: 14h	Local: Videoconferência
2. Participantes		
Nome	Representação ou cargo	
Renata Reis - Coordenador-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres - Departamento de Gestão do Cuidado Integral (DGCI)		
Celmário Castro Brandão - Coordenador de Atenção à Saúde do Homem		
Priscilla Brito - Coordenação de Atenção à Saúde das Mulheres		
Amanda Amaiy Salerno - Coordenação de Atenção à Saúde do Homem		
Nayara Rezende - Coordenação de Atenção à Saúde do Homem		
Jessica - Coordenação de Atenção à Saúde do Homem		
Márcia Morgado, Procuradora Regional da República, Coordenadora		
Caroline Maciel, Procuradora Regional da República		
Pedro Machado, Procurador Regional da República		
Priscila Strassburger, Assessoria da PFDC		
3. Memória de Reunião		
<p>A reunião foi um seguimento à reunião do dia 29 de maio (Ata 80/2025 - PGR-00198627/2025).</p> <p>Celmário iniciou com uma apresentação que foi compartilhada com todos com o intuito de facilitar a compreensão. Explicou que o foco é a problemática da violência de gênero nos estados do Maranhão e Tocantins, com dados que justificam a proposta.</p> <p>O objetivo geral do projeto é implementar ações de promoção da saúde e reflexões sobre masculinidades, visando a prevenção da violência de gênero entre trabalhadores do setor da construção civil. Entre os objetivos específicos, destacou-se o incentivo ao autocuidado e à</p>		

saúde mental desses trabalhadores, ponto considerado estratégico para a abertura de diálogo sobre a temática da violência de gênero. Enfatizou-se também a importância de sensibilizar os homens quanto ao seu papel na prevenção das violências, tornando-os agentes de transformação.

Ressaltou que a maioria dos casos de violência de gênero ocorre no âmbito doméstico e familiar. Assim, embora o projeto esteja voltado a trabalhadores da construção civil, os benefícios extrapolam o ambiente de trabalho, alcançando suas comunidades e famílias. O projeto visa ainda debater os impactos individuais e coletivos da violência de gênero com os trabalhadores, bem como mobilizar e engajar empresas na prevenção e enfrentamento do problema.

Foi explicado que a proposta se estrutura em duas etapas complementares. Inicialmente, será desenhado um projeto-piloto, aproveitando a articulação que a Dra Caroline construiu com a empresa que está responsável pela obra no Tocantins. A partir da experiência com o piloto, o documento geral será complementado e poderá subsidiar recomendações ou determinações do Ministério Público, com a possibilidade de aplicação nacional.

Quanto à metodologia, previu-se uma abordagem dialógica e participativa, com a construção de espaços seguros para escuta, troca e reflexão. Espera-se desenvolver a consciência crítica sobre saúde, masculinidades e violência de gênero no próprio ambiente de trabalho, durante o expediente. As atividades serão baseadas em metodologias ativas, como rodas de conversa e uso de vídeos curtos, abordando temas como saúde do homem, paternidade, emoções e construção de masculinidades saudáveis.

Para condução das atividades, sugeriu-se a contratação de consultorias especializadas, com formação e experiência em gênero, saúde e direitos humanos. Apontou-se a importância da atuação do Ministério Público na orientação ou determinação às empresas para adoção dessas medidas. Após a atuação das consultorias, a proposta prevê a formação de multiplicadores internos (como mestres de obra, engenheiros e lideranças naturais), garantindo a continuidade e institucionalização das ações nas empresas.

Celmário mencionou ainda que há formações disponíveis, tanto no âmbito do Ministério da Saúde quanto do CNJ, que podem subsidiar o processo de formação dos multiplicadores. Também destacou a importância da articulação intersetorial com equipamentos públicos locais (assistência social, saúde, educação e justiça), a fim de fortalecer a rede de proteção às mulheres e o apoio contínuo aos trabalhadores.

Defendeu que todos os níveis hierárquicos das empresas participem das formações e que os parâmetros e diretrizes para os grupos de formação sejam discutidos e ajustados durante a fase piloto.

Ele apresentou um quadro que reflete uma das questões ainda em aberto no planejamento do

projeto, ressaltando que, juntamente com Renata, foram realizadas diversas simulações para tentar fechar os números necessários, sem, contudo, chegar a uma definição. Informou que a questão permanece com uma grande interrogação, sendo remetida ao Ministério Público, no sentido de verificar a possibilidade de se determinar que 100% dos trabalhadores de uma obra passem por formações voltadas à prevenção da violência de gênero.

Destacou que a equipe tem buscado equilibrar o eventual ônus financeiro às empresas, tanto no que se refere à contratação de serviços terceirizados para condução das formações quanto à necessidade de afastamento temporário dos trabalhadores de suas funções laborais para participar do processo formativo. Apontou que é preciso considerar a reação do empresariado, sendo diferente, por exemplo, recomendar a formação para todos os trabalhadores de uma empresa com 100 empregados e outra com 5 mil.

Como exemplo, mencionou a obra no Tocantins, com cerca de 2 mil trabalhadores e previsão de encerramento até dezembro. A equipe tem buscado calcular a viabilidade logística da proposta, considerando o número de formações necessárias, sendo que o ideal seria que cada trabalhador participasse de ao menos três a quatro encontros. Explicou que se trata de um processo de sensibilização e construção reflexiva, e não de conteúdo técnico ou objetivo, o que exige tempo para que os participantes desenvolvam confiança e abertura no grupo.

Uma das dúvidas centrais colocadas foi sobre o grau de obrigatoriedade que o Ministério Público poderia estabelecer quanto ao percentual de trabalhadores que devem passar pelas formações, seja por recomendação ou determinação formal.

Por fim, esclareceu que, embora tenha sido apresentada a proposta metodológica geral aplicável a diferentes empresas, neste momento o foco é no desenvolvimento do projeto-piloto no Tocantins. Informou que a equipe, em articulação com a direção e a secretaria da pasta, está integralmente disponível para conduzir essa experiência piloto em parceria com o Ministério Público. Diferentemente de solicitar que a empresa responsável pela obra desenvolva as formações, o grupo se propõe a recrutar e levar os facilitadores até o local, realizando diretamente as ações de formação com os trabalhadores.

Acrescentou que a presença conjunta da equipe com o Ministério Público na condução das ações reforça a legitimidade institucional da proposta e pode gerar desdobramentos em novas ações futuras. Destacou que o conteúdo técnico a ser apresentado já foi validado, e que a experiência prática com o piloto servirá como instrumento de validação final do documento macro, que será posteriormente encaminhado ao Ministério Público para análise e eventuais encaminhamentos, como, por exemplo, a emissão de recomendação formal às empresas.

A proposta apresentada prevê a realização de quatro dias de formação, divididos em duas semanas distintas, no mês de julho. Para a viabilização, solicitou-se o apoio do Ministério Público na mediação com a empresa responsável pela obra. Além disso, a equipe também

pretende acionar agentes locais – em nível municipal e estadual – para que, caso desejem, acompanhem as ações formativas.

Dra Márcia parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido em curto prazo e destacou que o material apresentado já permite avanços concretos. Ressaltou a importância da articulação com a empresa parceira e sugeriu que a Dra Caroline, por estar em contato com a empresa, possa apoiar a intermediação para viabilizar as ações em julho.

Dra Caroline manifestou preocupação quanto à viabilidade de realizar o piloto no mês de julho, mencionando que, em conversa prévia com a representante da empresa responsável pela obra, foi sinalizado que agosto seria um período mais adequado, inclusive por coincidência com o Agosto Lilás, quando a empresa já costuma abordar a temática da violência de gênero.

Em seguida, solicitou esclarecimento a Celmário quanto à proposta do Ministério da Saúde: se a ideia seria apresentar o material à empresa e, num primeiro momento, participar diretamente da execução das formações com os trabalhadores.

Celmário confirmou que o Ministério da Saúde se propõe a apresentar o conteúdo à empresa e também realizar presencialmente a formação piloto, levando facilitadores para conduzir oficinas com os trabalhadores ao longo de alguns dias. Informou que a equipe arcará com os custos e destacou que a intenção é demonstrar, na prática, a efetividade e seriedade da proposta.

Dra Márcia observou que, considerando que a obra é até dezembro, o mês de agosto pode ser tarde para a realização do piloto. Destacou que, como a empresa não teria condições de conduzir sozinha a formação, e o Ministério da Saúde está se propondo a executá-la, seria ideal buscar o convencimento para que a atividade ocorra já em julho, preparando inclusive o terreno para o Agosto Lilás.

Dra Caroline questionou Celmário como serio o custeio.

Celmário explicou que, para a realização das formações, será necessário apenas um ambiente salubre e seguro dentro da empresa, adequado para a condução dos grupos. Informou que os deslocamentos e custos com facilitadores já foram autorizados pela gestão do Ministério da Saúde, em razão do interesse no projeto. Concordou com a sugestão da Dra Márcia e reforçou que a realização em julho seria viável, permitindo, inclusive, que a recomendação formal do Ministério Público seja lançada durante o Agosto Lilás, ampliando a visibilidade da iniciativa.

Dra Caroline concordou com a proposta e afirmou que entrará em contato com a empresa para verificar a viabilidade da realização do piloto.

Fará o contato inicial com a empresa para alinhar expectativas e organizar melhor a proposta,

considerando que será necessário o aval da presidência da empresa. Informou que, após essa interlocução, agendará uma reunião do Grupo de Trabalho para alinhamentos futuros. Também mencionou que, recentemente, foi procurada pela Procuradora Geral do Trabalho, que manifestou interesse no projeto, e indicou que poderá convidá-la para participar das próximas etapas.

Celmário informou que compartilhará com a Dra Caroline o documento geral elaborado pelo grupo, acompanhado de uma síntese de aproximadamente duas páginas que detalha a organização local necessária para facilitar a interlocução com a empresa. Esse material será encaminhado para subsidiar as próximas etapas do projeto.

Explicou que o documento geral será enviado para que o Ministério Público possa contribuir com avaliações, sugestões e eventuais adequações. Destacou que, como representante do Executivo, o Ministério da Saúde tem cautela em estabelecer determinações rígidas, para não afastar parceiros, pois sabe que isso pode gerar baixa adesão, especialmente nos municípios.

Dra Márcia disse que certamente haverá, também, algum colega que poderá sensibilizar em Tocantins para auxiliar no projeto.

4. Itens de Deliberação

Descrição	Responsável	Prazo
Contactar a empresa de construção do Tocantins para discutir a viabilidade da implementação do programa de formação em Julho	Dra Caroline	Imediato
Enviar para a Dra Caroline o documento geral e um resumo de duas páginas sobre o projeto	Celmário	Imediato
Fornecer atualizações ao grupo após o contato com a empresa.	Dra Caroline	Imediato

5. Fechamento da ata

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Pedro Antonio de Oliveira Machado
 Procurador Regional da República
 GT Igualdade de Gênero

Priscila Strassburger
 Assessoria Multidisciplinar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00226545/2025 ATA nº 93-2025**

.....
Signatário(a): **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO**

Data e Hora: **25/06/2025 10:23:02**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PRISCILA VILELA STRASSBURGER DANIGNO**

Data e Hora: **27/06/2025 10:24:13**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave bf7264ca.8b72256b.4809c437.0f3a1a50